

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.366 - BA (2018/0120541-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : JULIO VALENTIM MARQUES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial de JULIO VALENTIM MARQUES, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF, em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA – TJBA.

Consta dos autos que o agravante foi pronunciado pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I e IV, na forma do art. 14, II (homicídio qualificado tentado), ambos do Código Penal – CP (fl. 178).

A defesa interpôs recurso em sentido estrito que foi desprovido. O acórdão ficou assim ementado:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO QUALIFICADO - PRONÚNCIA - NULIDADE PROCESSUAL - ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA - NÃO ACOLHIMENTO - MÉRITO - ALEGAÇÃO DE PROVA INSUFICIENTE PARA A PRONÚNCIA - MATERIALIDADE COMPROVADA - INDÍCIOS DE AUTORIA - CONJUNTO PROBATÓRIO QUE APONTA PARA A PLAUSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO - EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS - INCABIMENTO - APRECIACÃO PELO CONSELHO DE SENTENÇA - RECURSO IMPROVIDO.

1. Preliminar de nulidade processual - In casu,. não há que se falar em nulidade do feito, haja vista que o recorrente sequer indicou de que modo a oitiva dos demais acusados poderia beneficiá-lo, tanto mais porque não são obrigados a prestar esclarecimentos, sendo-lhes facultado, inclusive, permanecer em silêncio, nos termos do art. 5º, LXIII, da CF c/c art. 186 do CPP. Outrossim, a decisão de pronúncia resultou do cotejo probatório dos autos, notadamente dos depoimentos testemunhais, declarações da vítima e laudo pericial, elementos que, por si sós, foram aptos a justificar a plausibilidade da determinação que submete o réu a julgamento popular. Preliminar rejeitada.

2. A impronúncia somente poderá ocorrer se o Juiz não se convencer da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria.

3. Verificando-se, a partir do manancial probatório

carreado aos autos, a plausibilidade da acusação, impõe-se a pronúncia do réu, submetendo, ao Tribunal do Júri. juiz natural da causa, a análise exauriente da prova. Não é de mérito a decisão que pronuncia o réu, possuindo, ao contrário, nítido caráter processual, declarando a admissibilidade da acusação.

4. No caso dos autos, os elementos probatórios registrados no Inquérito Policial apontam para a autoria delitiva e encontram respaldo na prova oral produzida sob o crivo do contraditório judicial. Apesar da negativa do recorrente, os indícios da autoria restaram comprovados, através dos depoimentos das testemunhas ouvidas em Juízo e declarações da vítima.

*5. Parecer Ministerial pelo improvimento do recurso.
Recurso improvido (fls. 228/229).*

Em sede de recurso especial, a defesa alega violação aos artigos 414 do Código de Processo Penal – CPP e 121, § 2º, I e IV, do CP.

De início, a defesa argumentou por nulidade processual, ante a ausência da oitiva de corréus, em violação ao direito de ampla defesa. Destaca que ao recorrente foi imputada a condição de mandante, devendo serem ouvidos os executores.

Em seguida, sustentou a necessidade de impronúncia, porquanto não demonstrados os indícios de autoria. Por fim, a defesa apontou falta de demonstração das qualificadoras. Entende que o motivo não foi torpe, ante desentendimento antigo, e que não foi empregado recurso que dificultou a defesa da vítima, ante a vítima ter escapado da agressão.

Requeru nulidade do feito, impronúncia ou pronúncia pelo delito do art. 121, *caput*, na forma do art. 14, II, do CP.

Contrarrazões (fls. 262/274).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista o óbice do revolvimento fático-probatório, conforme Súmula 7/STJ (fls. 276/277).

Em agravo em recurso especial, a defesa refuta o referido óbice (fls. 281/289).

Contraminuta às fls. 293/299.

O Ministério Público Federal – MPF opinou pelo desprovimento do agravo em recurso especial (fls. 313/315).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame

do recurso especial.

De início, sobre a nulidade, o recorrente deixou de apontar o dispositivo de lei federal violado, estando a fundamentação deficiente, o que impede o conhecimento do recurso especial no ponto, conforme Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal – STF. Cito precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DOIS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A MESMA DECISÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. JULGAMENTO APENAS DO PRIMEIRO. CRIME DE CONCUSSÃO EM CONCURSO DE PESSOAS. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. ELEMENTAR DO TIPO RELATIVA A CORRÊU POLICIAL QUE SE COMUNICA AO PARTÍCIPE NÃO DETENTOR DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA. ART. 30 DO CP. POSSIBILIDADE. DELITO DE QUADRILHA OU BANCO. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284/STF.

[...]

4. A admissibilidade do recurso especial exige a clara indicação dos dispositivos supostamente vulnerados, o que não se observou na hipótese em testilha, circunstância que atrai a incidência do Enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1485780/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 09/05/2018).

Sobre a violação ao art. 414 do CPP, o Tribunal de origem entendeu pela existência da materialidade e de indícios de autoria, conforme a prova produzida. Cito trecho:

Inicialmente, impende destacar que, embora não tenha sido objeto de impugnação específica, a materialidade delitiva se encontra sobejamente demonstrada pelo conjunto probatório dos autos, com destaque para o Laudo pericial de fls. 47/48, o qual atesta as lesões causadas pelos projéteis de arma de fogo.

No que se refere à autoria delitiva, sabe-se que, para a admissibilidade da acusação na primeira fase do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, exige-se, tão somente, a presença de indícios suficientes que apontem o acusado como autor do delito, sendo dispensada a existência de provas exaustivas.

No caso dos autos, os elementos probatórios registrados no Inquérito Policial apontam para a autoria delitiva e encontram respaldo na prova oral produzida sob o crivo do contraditório judicial.

Apesar da negativa do recorrente, os indícios da autoria restaram comprovados, através dos depoimentos das testemunhas ouvidas em Juízo:

"(...) Que eles cismaram que denunciemos o tráfico deles; que passaram a ser ameaçados por ele e toda a família; que eles perseguiram; que queriam invadir nossa casa; que só ouvi o pipoco, que estava dentro de casa; que todos estavam na porta; que quem atirou foi Alex e Luan, que Jurandir também estava no meio; que Júlio estava preso já. Que meu irmão teve a coxa alvejada; que registramos a queixa: que tudo foi a mando do Júlio Valentim; que esse cara logo que fui morar lá ele colocava a droga na minha frente, nunca disse nada, não sei porque ele acha que fomos nós que denunciemos; ele acha que passamos informações para a polícia, mas não é verdade; que nos dias anteriores ao crime havia ameaças; que são parentes de Júlio, e diziam que ele estava mandando; que algumas pessoas avisavam para ficarmos alertas; que varias pessoas diziam que Júlio que mandava; que ele que comandava; que são todos familiares dele; que tem certeza absoluta; que eles estão furiosos; que ainda se sente ameaçado por Júlio e família; (...) que no dia se dirigiram para casa da mãe; que a confusão começou na rua; que tios, irmãs e mães estavam do lado de fora da casa; que quando cheguei todos me colocaram pra dentro; que começaram os tiros; que eles já chegaram atirando; que minha mãe disse que quem atirou foi Alex e Luan, que estavam com Jurandir e outros: que chegaram todos juntos: - Depoimento do irmão da vítima - testemunha Luís dos Anjos em juízo - mídia às fls. 123.

"Que estava no momento dos tiros, que estavam eu, Elias e o sobrinho; que quem atirou foi Ricardo, Alex e Luan; que já chegaram atirando; que foi muita bala; que era tiros de pistola; que atingiram Elias; que atiraram a mando de Júlio que queria executar a nossa família; que ele queria que a gente se alinhasse a eles; mas eu sou trabalhador; que fazem trafico pesado; que eles acham que denunciemos trafico deles, mas não é verdade; que tive que mudar de bairro; que ainda temos medo; que nos sentimos ameaçados; que Alessandro foi de pistola matar meu irmão depois disso tudo; que não consegue nem vender a casa porque assustam os inquilinos; que o tráfico é de Júlio; que a ordem é dele mesmo preso (...) A irmã de Julio mesmo diz que ordem é dada por Júlio, o cabeça branca (...)\" Depoimento do irmão da vítima Fernando dos Anjos em Juízo mídia fls. 123.

A corroborar a versão acusatória, declarações da própria vítima:

Que eles vem perseguindo minha família; que tive que sair do meu trabalho em Recife p ajudar o irmão; que depois perseguiu as irmãs; que não tinha como dar queixa porque tem mãe, pai e filhos; que lá tinha movimento de drogas, que andavam armados; (...) que quando teve a Parada Gay, ao subirem p casa, após uma hora, que desceram capangas e atiraram; que foram pipocos; que quando saí, tomei um tiro na coxa; que os irmãos ligaram para polícia; que fui levado ao medico;

que a policia acompanhou; (...) quem mandou atirar foi Júlio Valentim; que Jurandir, Alexandro e Luan e Ricardo atiraram; que reconheceu todos: que cismaram com nossa família, bastava subir uma viatura, um carro diferente, eles ligavam a nossa família; Que eles fumavam na porta dos outros, desrespeitava família e eu cheguei a dar queixa depois que eles quebraram o meu telhado há um tempo atrás; que fui ameaçado de morte; que vivemos amedrontados; que a fama de Júlio é que mexe com tráfico; que dei queixa porque eles não respeitam nada por lá (...), eles falavam que apenas estavam esperando o coroa mandar p matarmos a família toda; que o coroa já estava preso (...)" - declarações da Vitima Elias em Juízo média fls. 123.

Nesse contexto, tem-se que diante do conjunto probatório transcrito, os fundamentos apresentados pela Defesa, nas razões recursais, para a impronúncia do réu, se encontram fragilizados ante a ausência de provas objetivas que desacreditem, taxativamente, a versão acusatória. No caso em análise, caberia ao réu demonstrar, cabalmente, a narrativa apresentada no seu interrogatório, de modo a isentá-lo, estreme de dúvidas, do julgamento perante o Tribunal do Júri. Ocorre, contudo, que a versão sustentada no interrogatório judicial pelo acusado se encontra isolada das demais provas colhidas, sendo impossível, portanto, sua prevalência.

Como é cediço, quando do encerramento da primeira fase do procedimento do Júri, para que seja proferida decisão absolutória, é imprescindível que o juiz esteja revestido de absoluta certeza quanto à inocência do réu ou quanto à ocorrência de alguma das hipóteses elencadas no artigo 415 do Código de Processo Penal. Não é este o caso dos autos (fls. 230/232).

De fato, para se concluir de forma diversa do entendimento do Tribunal de origem, ou seja, para se entender que a pronúncia é manifestamente improcedente, seria inevitável o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, *verbis*: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Confirmam-se, nesse sentido, os precedentes desta Corte:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A desconstituição das premissas fáticas assentadas no

acórdão, relativamente à inexistência de lastro probatório mínimo para a pronúncia, exigiria revolvimento fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

[...]

3. *Agravo regimental improvido* (AgRg no AREsp 1126131/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 11/05/2018).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. TESE DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 7/STJ.

I - Para examinar a tese de violação ao art. 414 do CPP de que inexistem indícios suficientes a respaldar a pronúncia do ora agravante, seria imperioso reexaminar o conjunto fático-probatório, providência vedada nos termos da Súmula 7/STJ.

II - "É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes para absolver sumariamente, pronunciar, desclassificar, ou ainda, impronunciar o réu, porquanto é vedado na via eleita o reexame de fatos e provas. Súmula 7/STJ" (AgRg no AREsp n. 683.092/MT, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 10/6/2015). Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp n. 1.388.381/MT, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe de 3/8/2015).

Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 1071699/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 18/08/2017).

Sobre as qualificadoras, em violação ao art. 121, § 2º, I e IV, do CP, o Tribunal de origem consignou que encontram respaldo nos autos. Cito o trecho:

Com relação ao afastamento das qualificadoras (motivo torpe e meio que dificulte defesa da vítima), também não merece subsistir a pretensão do Recorrente.

A prova acena que a motivação do crime decorreu de motivo fútil, uma vez que os acusados efetuaram disparos de arma de fogo apenas em razão de imaginarem que a vítima e demais familiares os denunciaram a polícia. Outrossim, a prova colhida também alude que foi atingida de surpresa, na parte posterior da coxa, quando se encontrava na frente da residência da sua genitora, o que revela o emprego de recurso que impossibilitou a sua defesa (laudo fls. 47/48) (fl. 233).

Neste ponto, o mesmo óbice do revolvimento fático-probatório é aplicável para afastar a qualificadora não manifestamente improcedente. Cito precedentes:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO

REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 7/STJ E 279/STF. MOTIVO TORPE. PRONÚNCIA. DECOTE DA QUALIFICADORA. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA NÃO CONFIGURADA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

[...]

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, somente devem ser excluídas da sentença de pronúncia as circunstâncias qualificadoras manifestamente improcedentes ou sem nenhum amparo nos elementos dos autos, sob pena de usurpação da competência constitucional do tribunal do júri. Precedentes.

3. Outrossim, reconhecido pelo Tribunal a quo, de forma fundamentada, que a qualificadora do motivo torpe tem suporte nos elementos fático-probatórios dos autos, o decote da majorante, além de ofender o princípio da soberania dos veredictos, demanda imprescindível reexame de prova, o que é defeso em recurso especial, em virtude do que preceitua a Súmula n. 7 desta Corte.

4. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1319673/MS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 01/02/2019).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRONÚNCIA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. IN DUBIO PRO SOCIETATE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. PRETENSÃO DE IMPRONÚNCIA. DESCABIMENTO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORAS. INVIABILIDADE. PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECEDENTES. PRETENSÃO RECURSAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. As pretensões recursais, de que não haveria indícios mínimos da autoria delitiva e das qualificadoras do motivo torpe e do emprego de meio que resultou em perigo comum para embasar a pronúncia, demandariam imprescindível reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é defeso no âmbito do recurso especial, em virtude do disposto na Súmula 7 desta Corte.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 1203624/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 09/04/2018).

Diante do exposto, admito o agravo em recurso especial, conheço em

parte do recurso especial e, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do CPP, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

